



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRO-REITORIA DE GESTÃO ADM. FINANCEIRA
Rua Aprígio Veloso, 882, Bloco AA - 1º Andar - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101.1556/1557 - E-mail: pra@reitoria.ufcg.edu.br - Site: <http://pra.ufcg.edu.br>

EDITAL- COMPRA PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023
(Processo Administrativo nº 23096.025620/2023-30)

Torna-se público que Universidade Federal de Campina Grande, CNPJ nº 05.055.128/0001-76, por meio da Pró Reitoria de Gestão Administrativa-Financeira, sediada na Avenida Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, Campina Grande-PB, Cep: 58.429-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 04/08/2023

Horário: 09:00hrs (horário de Brasília – DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material permanente e de consumo para a conclusão do Estúdio Audiovisual do Lablibras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15281/158195

Fonte: 1000000000

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0025

Elemento de Despesa: 3390.30 / 4490.52

PI:

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. A participação na presente licitação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.25.1. no país;

7.25.2. por empresas brasileiras;

7.25.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. Não será permitido a apresentação posterior de novos documentos de habilitação, exceto os em caráter completos aos já exigidos e que deveria ser enviados juntamente com a proposta, conforme PARECER n. 00006/2021/CNMLC/CGU/AGU.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será

convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas , sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

9.11.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.6.1. As empresas estrangeiras que funcionem no País, autorizadas por decreto do Poder Executivo na forma do inciso V, do art. 28, da Lei nº 8.666, de 1993, devem se cadastrar no SICAF com a identificação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

9.11.6.2. As empresas estrangeiras que não funcionem no País poderão se cadastrar no SICAF, mediante código identificador específico fornecido pelo sistema, observadas as condições postas na referida IN 10/2020;

9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.13.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.3. comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14. **Qualificação Técnica:**

9.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- 9.14.2.1. Serão aceitos atestados tanto da matriz como da filial que participarem do certame.
- 9.14.2.2. Os atestados deverão referir-se aos bens fornecidos pela licitante especificados no contrato social vigente.
- 9.14.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.21.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a

regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3. apresentar documentação falsa;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6. não manter a proposta;
- 21.1.7. cometer fraude fiscal;
- 21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@reitoria.ufcg.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, Campina Grande-PB, Cep: 58.429-000.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, Campina Grande-PB, Cep: 58.429-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas e das 14 horas às 18 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

Campina Grande, 28 de junho de 2023

Aldenice Ribeiro da Costa Pinheiro

Assistente em Administração

SIAPE nº 1886775

Estudo Técnico Preliminar 30/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23096.025620/2023-30

2. Descrição da necessidade

Criado em 2015, o Laboratório Multidisciplinar de Libras - Lablibras, localizado nas salas 101 e 102 do Bloco BZ da UFCG, Campus de Campina Grande, foi constituído em dois ambientes: Sala Multimídia e Estúdio Audiovisual. O laboratório tem como finalidade constituir-se em espaço para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Língua, Literatura e Tradução/Interpretação da Libras, Cultura, identidade e Educação de Surdos, além de atender a diversas demandas da comunidade acadêmica no quesito produção audiovisual. O estúdio do Lablibras recebeu, entre os anos de 2016 e 2018, uma infraestrutura física adequada para produção de conteúdo audiovisual com área aproximada de 55m², dividida entre: aquário para gravação, sala de edição e controle e um pequeno almoxarifado, o espaço conta com tratamento acústico, sistema de refrigeração, sistema de rede elétrica individual dimensionado para suas atividades, sistema de fundos infinitos, sistema de suportes e de trilhos para iluminação com braços pantográficos, sistema de captação de imagens com câmeras padrão broadcasting, tripés, teleprompters e dollies, estúdio móvel, console de áudio e sistema de lapelas wireless. Entretanto, no presente momento, o estúdio do Lablibras não dispõe de infraestrutura técnica completa, necessitando de: ilhas de edição, sistema de iluminação e diversos outros periféricos necessários para operacionalização de suas atividades. A aquisição desses itens está sendo demandada desde os últimos anos, conforme processos: 23096.011497/18-32 e 23096.003232/209-11.

Atualização da demanda para o ano 2023, tramitada anteriormente no Processo SEI Nº 23096.059164/2022-41.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Humanidades / Unidade Acadêmica de Letras / Lablibras	Reinaldo Toscano dos Santos Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Como requisito elementar, os itens deverão ser novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas acompanhadas de manual. Deverão ainda, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

Os itens devem estar de acordo com as normas técnicas obrigatórias e regras específicas do objeto, quando existirem, de modo a garantir a qualidade e a segurança dos produtos adquiridos.

A entrega deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após assinatura do contrato /emissão de empenho.

Os custos de encargos, frete e entrega devem estar inclusos no orçamento, sendo de responsabilidade do contratado(a).

Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda: o Decreto nº 7.746/2012 ; a Instrução Normativa SLTI/MP n.º 01/2010; os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente; Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União.

É comum ainda que os itens enviados por meio de transportadoras venham envolvidos em caixas de papelão, isopores, e plásticos para a devida proteção contra avarias. Desta forma, as respectivas embalagens devem ser descartadas em local adequado, evitando danos ao ambiente.

5. Levantamento de Mercado

No levantamento de mercado, foi analisado o histórico de contratações similares implantadas em outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades do campus.

Durante este processo, por se tratar de objeto comum, onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser claramente definidos, observou-se que a modalidade de licitação mais utilizada é o pregão eletrônico, que tem como objetivo a garantia da competitividade e o recebimento da proposta mais vantajosa.

De acordo com a Lei 8.666 /1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a aquisição desses itens é feita por meio de compra, onde a aquisição é remunerada para fornecimento parceladamente ou de uma única vez.

Assim, considerando:

01. Que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) trata-se de bens de natureza comum na forma do parágrafo único do Artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, visto que pode ser objetivamente definido por meio das especificações usuais do mercado;

2. A existência de vários fornecedores no mercado, aptos a fornecer produtos e serviços correlatos; e que por meio do Painel de Preços percebe-se que é prática dos órgãos federais;

A solução escolhida foi realizar a aquisição dos referidos equipamentos por meio da licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica.

Conforme inciso II, Art. 15, Lei nº 8.666/1993: “As compras, sempre que possível, deverão II - ser processadas através de sistema de registro de preços” Por sua vez, o art. 3º, Decreto nº 7.892/2013, do Sistema de Registro de Preços (SRP) diz: Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Visto que a presente contratação não se enquadra em nenhum dos itens acima, a referida aquisição se dará por Pregão Eletrônica em sua forma Tradicional, justificando desta forma a não utilização do sistema de registro de preços.

6. Descrição da solução como um todo

Sugere-se a contratação por meio do Pregão Eletrônico sendo do tipo menor preço, de licitante especializada no fornecimento de materiais para o LABLIBRAS, não havendo a necessidade de serem agrupados.

O fornecedor deve assegurar o acondicionamento dos produtos a serem adquiridos, no que couber, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e que não sejam suscetíveis a umidade, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Os itens a serem adquiridos deverão ser entregues no endereço abaixo, no prazo estimado 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.

Órgão	Local de entrega	Horário de funcionamento	Responsável pelo almoxarifado
			Elias de

Universidade Federal de Campina Grande – campus de Campina Grande (UASG 158195)	Almoxarifado Central - Bloco BS - Rua Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, CEP 58.429-900, Campina Grande/PB	08h às 12h e das 14h às 18h	Queiroz Barros Contato: (83) 2101-1604/1070
---	---	-----------------------------	---

Caso a empresa contratada não se apresente na data determinada para a entrega e não apresente a devida justificativa, será aplicada, conforme o caso, as sanções previstas na Lei 8.666/1993 e suas correlatas, bem como as demais normas cabíveis.

O Termo de Contrato será substituído pela nota de empenho considerando o § 4º, art 62, Lei 8.666 /1993 abaixo:

"É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica."

A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990). Caso a aquisição seja rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contratadas, devem ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em anexo se encontra a tabela I, com os respectivos quantitativos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 97.074,09

Considerando a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 que dispõem sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, informa-se:

1. Sobre os critérios: Sempre que possível e no que coube, foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos.

2. Sobre os parâmetros: Foi priorizada a utilização do parâmetro I - do Painel de Preços, e do parâmetro II - de contratações similares de outros entes públicos. E quando da não obtenção de resultados por meio deles, seguiu-se para o parâmetro III - da pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, com a data e hora de acesso registrados, e para o parâmetro IV - da pesquisa com os fornecedores. Combinações de parâmetros podem ter sido utilizadas.

Foram utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, com o cálculo incidindo sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. Se para algum item o preço estimado foi baseado em menos de três preços, foi registrado no mapa de preços a sua devida justificativa. Para entendimento, a média é obtida somando os valores de todos os dados e dividindo este resultado pelo número de dados. Já a mediana, depois de ordenados os valores por ordem crescente ou decrescente, é encontrada no valor que ocupa a posição central, se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par. Na análise técnica dos preços coletados foi utilizada a variância e o desvio padrão como medidas, pois estas dão uma ideia da dispersão de um preço pesquisado para outro. Um valor alto para a variância ou desvio padrão indica que os valores observados tendem a estar distantes da média, ou seja, a distribuição é mais espaçada. Se a variância for relativamente pequena, então os dados tendem a estar mais concentrados em torno da média. Assim, para obtenção do resultado da pesquisa, foi determinado que, quando o coeficiente de variação se encontrasse em igual ou inferior 25%, ou seja, com pouca variação, seria utilizado o valor da média como preço referencial a ser adotado. Acima deste percentual, isto é, com itens de valor mais heterogêneo, seria utilizado o valor da mediana. Para melhor compreensão e comparação dos valores encontrados, as informações foram consolidadas na planilha intitulada "mapa de preços" em anexo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Na análise dos materiais e suas descrições, nota-se que, no geral, não há necessidade de agrupamento de itens. Além disso, em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as aquisições de bens ou serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Da contratação em tela, não se verificou contratações correlatas e/ou interdependentes, ou necessidade da mesma.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está contemplada no PAC 2023, conforme doc SEI nº 3284439,3284449 E 3284459. Está alinhada ainda ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, onde a Universidade Federal de Campina Grande estabeleceu, em seu Eixo 1: Ensino, e objetivo 1: Melhoria na qualidade da Graduação, tendo como meta (M2 – Elevar em 10% a taxa de sucesso na graduação) e ações estratégicas (Disponibilizar estrutura para oferta de disciplinas em EaD).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, através desta aquisição, a seleção das propostas mais vantajosas para suprir a curto prazo, as necessidades de aquisição de materiais para o LABLIBRAS.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas no aspecto físico da instituição. Nenhuma alteração deverá ser feita para que a solução seja implementada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as o Decreto nº 7.746 /2012 e as Instruções Normativas SLTI/MP n.º 01/2010 e n.º 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, assim como a consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União. É comum ainda que os itens enviados por meio de transportadoras venham envolvidos em caixas de papelão, isopores, e plásticos para a devida proteção contra avarias. Desta forma, as respectivas embalagens devem ser descartadas em local adequado, evitando danos ao ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todo o exposto, como a necessidade da aquisição, o alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional e a conformidade do preço apresentado na proposta, concluímos pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA. Vale

ressaltar que a presente declaração de viabilidade conjuga a aplicação dos princípios da razoabilidade, economicidade, eficácia e eficiência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEIDE ADRIANA DA SILVA NERI CAROLINO

Chefe da Divisão de Materiais



Assinou eletronicamente em 23/05/2023 às 10:35:12.

REINALDO TOSCANO DOS SANTOS JUNIOR

Coordenador do LABLIBRAS

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - mapa de preçosv2.pdf (352.71 KB)
- Anexo II - TABELA I ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.pdf (240.21 KB)

Anexo I - mapa de preçosv2.pdf

MAPA GERAL DE PREÇOS PARA COMPOSIÇÃO DO VALOR DE REFERÊNCIA -

AQUISIÇÃO				COTAÇÕES / PESQUISAS						METODOLOGIA				OBSERVAÇÕES					
Item	Código CATmat	Quantidade	Unidade	DESCRIÇÃO	Preço Unitário	Preço Referencial	Pesquisa 1	Pesquisa 2	Pesquisa 3	Desvio padrão	Coefficiente de Variação	MÉDIA**	Mediana	Método a ser utilizado	Observação/ Justificativa para a não utilização do Painel de Preço ou contratações similares de outros entes públicos	Nota Explicativa			
1	483815	1	Und	Dispositivo de captura e reprodução de vídeo compatível com resolução 4K. Deverá suportar os seguintes codecs: AVC-Intra, AVCHD, Canon XF MPEG2, Digital SLR, DV-NTSC, DV-PAL, DVCPRO50, DVCPROHD, DPX, HDV, HEVC, XDCAM EX, XDCAM HD, XDCAM HD422, DNxHR & DNxHD, Apple ProRes 4444, Apple ProRes 422 HQ, Apple ProRes 422, Apple ProRes LT, Apple ProRes 422 Proxy, 4:2:2 de 8 bits sem compactação, 4:2:2 de 10 bits sem compactação, 4:4:4 de 10 bits sem compactação. Deverá suportar os seguintes formatos de vídeo: 720p50, 720p59.94, 720p60, 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60, 1080i50, 1080i59.94, 1080i60, 2160p23.98, 2160p24, 2160p25, 2160p29.97, 2160p30, 2160p50, 2160p59.94, 2160p60. Deverá suportar amostragem de áudio igual ou superior a 24bits e 48kHz. Deverá possuir fonte de alimentação interna com fusível de proteção. Conectividade mínima requerida: Entradas: 1x SDI, 1x HDMI, 2x Áudio analógico 1/4", 1x XLR (com suporte a Phantom Power 48v); Saídas: 2x SDI, 1x SDI Loop, 1x HDMI, 2x Áudio analógico 1/4", 1x Headphone 1/4" (com controle de volume); Interfaces/Controle: 1x Thunderbolt 3, 1x USB 3.1, 1x RS-422 e 1x Leitor de cartão SD. Itens mínimos incluídos: softwares utilitários, manual e acessórios para montagem.	RS 12.746,33	RS 12.746,33	Consulta direta com fornecedor	RS 14.800,00	Consulta direta com fornecedor	RS 13.139,00	Consulta direta com fornecedor	RS 10.300,00	RS 2.275,55	18%	RS 12.746,33	RS 13.139,00	média	pesquisa realizada diretamente com o fornecedor	
2	483815	1	Und	Unidade de captura e reprodução de vídeo compatível com resoluções até 2Kp30 e 1080p60. Deverá possuir com painel de controle integrado com botões de transporte e dial de busca, suportar a gravação em cartão de memória e possuir função teleprompter. Deverá suportar os seguintes codecs: ProRes HQ QuickTime, ProRes 422 QuickTime, ProRes Proxy QuickTime, DNxHD 220x, DNxHD 220x MXF, H.264 High/Medium/Low 4:2:0 8-bit. Deverá suportar os seguintes formatos de vídeo: 720p50, 720p59.94, 720p60, 1080i50, 1080i59.94, 1080i60, 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60, 2Kp23.98 DCI, 2Kp24 DCI, 2Kp25 DCI, 2Kp29.97 DCI, 2Kp30 DCI. Deverá suportar amostragem de áudio igual ou superior a 24bits e 48kHz. Deverá suportar formatos de arquivos de texto formatado (.rtf) e texto simples (.txt). Conectividade mínima requerida: Entradas: 1x HDMI; Saídas: 1x HDMI; Interfaces/Controle: 1x USB-C (compatível com gravação em unidades de armazenamento externas), 1x Ethernet RJ-45 e 1x Leitor de cartão SD. Itens mínimos incluídos: fonte de alimentação e manual.	RS 6.653,00	RS 6.653,00	Consulta direta com fornecedor	RS 6.999,00	Consulta direta com fornecedor	RS 7.200,00	Site Especializado	RS 5.760,00	RS 779,86	12%	RS 6.653,00	RS 6.999,00	média	P1 e P2 = PAINEL DE PREÇOS P3 = PESQUISA SITIO	
3	449865	3	Und	Suporte articulado profissional para microfones, construído em metal, com suporte a montagem em mesa e proteção antivibração. Deverá possuir: comprimento mínimo de 45cm (em cada braço), configurações retráteis livres (permitindo diversas configurações de angulação e posicionamento), suporte de carga mínimo de 1.5kg, prendedor de mesa ajustável compatível com faixa de espessura do tampo de 1cm a 50cm e trava de segurança.	RS 412,84	RS 1.238,51	Site Especializado	RS 402,00	Site Especializado	RS 342,52	Site Especializado	RS 493,99	RS 76,31	18%	RS 412,84	RS 402,00	média	site especializado	
4	446151	4	Und	Bolsa para câmera filmadora profissional, confeccionada em nylon, plástico e espuma pack, com bolsos externos, alças de mão e de ombro, compartimento principal configurável com divisórias internas fixadas com velcro e acabamento externo na cor preta. Dimensões mínimas do compartimento principal: 23x50x19cm.	RS 300,00	RS 1.200,00	Painel de Preços	RS 267,00	Painel de Preços	RS 300,00	Painel de Preços	RS 427,50	RS 84,76	26%	RS 331,50	RS 300,00	mediana	PAINEL DE PREÇOS	
5	346504	2	Und	Hardcase para transporte de equipamentos fotográficos, produzido em termoplástico de engenharia, com capacidade mínima de armazenamento para 50l, fechos duplos para travamento, rodas para transporte e proteção IP65 (água e pó).	RS 1.639,41	RS 3.278,81	Painel de Preços	RS 1.380,00	Painel de Preços	RS 1.765,00	Painel de Preços	1.773,22	RS 224,69	14%	RS 1.639,41	RS 1.765,00	média	PAINEL DE PREÇOS	

6	487703	6	Und	Refletor LED bi-color com focagem ajustável e potência mínima de 60W. Deverá possuir: controle de temperatura de cor ajustável (CCT), com variação mínima entre 2700K e 6500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 95; índice de consistência de luz para televisão (TLCI) mínimo de 98; variação mínima do ângulo de feixe entre 15° e 45°; deverá ser compatível com padrão Bowers de montagem de acessórios; deverá possuir conectividade bluetooth e controle por aplicativo; deverá ser compatível com baterias nos padrões V-mount e NP-F; deverá possuir sistema de refrigeração ativo. Itens mínimos inclusos: 1x barndoor com 8 folhas, 1x fonte de alimentação, 1x cabo de alimentação, 1x adaptador para bateria NP-F, 1x cabo de alimentação D-Tap, 1x adaptador bowers mount, 1x bolsa de transporte.	RS 4.999,00	RS 29.994,00	Consulta direta com fornecedor	RS 9.400,00	Consulta direta com fornecedor	RS 4.999,00	Consulta direta com fornecedor	RS 2.998,89	RS 3.274,74	56%	RS 5.799,30	RS 4.999,00	mediana	PANEL DE PREÇOS
7	487703	2	Und	Panel LED com lentes RGBWW e potência mínima de 60W. Deverá possuir: Deverá possuir: compatibilidade com os modos CCT (controle de temperatura de cor), HSI (controle matiz, saturação e brilho) e FX (controle de efeitos); CCT com variação mínima entre 2500K e 7500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 95; índice de consistência de luz para televisão (TLCI) mínimo de 96; ângulo de feixe compatível com 45°; deverá possuir conectividade bluetooth e controle por aplicativo; deverá possuir controle de efeitos FX como: estrobo, pulsação e fogo; deverá ser compatível com baterias nos padrões NP-F; deverá possuir sistema de refrigeração ativo. Itens mínimos inclusos: 1x softbox, 1x grid para softbox, 1x fonte de alimentação do refletor, 1x cabo de energia, 1x cabeça pino com regulagem tilt, 1x bolsa de transporte.	RS 4.665,56	RS 9.331,12	Consulta direta com fornecedor	RS 7.900,00	Consulta direta com fornecedor	RS 4.299,00	Consulta direta com fornecedor	RS 4.665,56	RS 1.981,72	35%	RS 5.621,52	RS 4.665,56	mediana	PANEL DE PREÇOS
8	487703	4	Und	Mini painel LED RGB com potência mínima de saída nominal de 5W. Deverá possuir: compatibilidade com os modos CCT (controle de temperatura de cor), HSI (controle matiz, saturação e brilho) e FX (controle de efeitos); CCT com variação mínima entre 3200K e 6500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 96; índice de consistência de luz para televisão (TLCI) mínimo de 96; deverá possuir suporte a controle por aplicativo; deverá possuir controle de efeitos FX como: estrobo, pulsação e fogo; deverá possuir bateria interna com autonomia mínima de 2 horas em brilho máximo e 15 horas em brilho mínimo; deverá ser compatível com carregamento através de porta USB-C. Itens mínimos inclusos: 1x difusor acoplável, 2x fita adesiva para montagem, 1x cabo de carregamento USB-C, 1x estojo de transporte.	RS 1.221,00	RS 4.884,00	Consulta direta com fornecedor	RS 1.850,00	Consulta direta com fornecedor	RS 799,00	Consulta direta com fornecedor	RS 1.221,00	RS 528,89	41%	RS 1.290,00	RS 1.221,00	mediana	Consulta direta com fornecedor
9	481675	2	Und	Modificador de iluminação circular do tipo cúpula de luz (softbox), dobrável, com diâmetro mínimo de 80cm e interior prateado reflexivo de alto rendimento. Deverá suportar padrão de montagem Bowers. Itens mínimos inclusos: manual, 1x grelha em tecido, 1x difusor interno, 1x difusor externo, 1x anel de engate rápido (bowers) e 1x bolsa de transporte.	RS 1.554,44	RS 3.108,88	Consulta direta com fornecedor	RS 2.500,00	Consulta direta com fornecedor	RS 1.399,00	Consulta direta com fornecedor	RS 1.554,44	RS 595,88	33%	RS 1.817,81	RS 1.554,44	mediana	Consulta direta com fornecedor
10	481675	2	Und	Modificador de iluminação circular do tipo cúpula de luz (softbox), dobrável, com diâmetro mínimo de 60cm e interior prateado reflexivo de alto rendimento. Deverá suportar padrão de montagem Bowers. Itens mínimos inclusos: manual, 1x grelha em tecido, 1x difusor interno, 1x difusor externo, 1x anel de engate rápido (bowers) com suporte a gelatina e 1x bolsa de transporte.	RS 1.665,56	RS 3.331,12	Consulta direta com fornecedor	RS 3.300,00	Consulta direta com fornecedor	RS 1.399,00	Consulta direta com fornecedor	RS 1.665,56	RS 1.029,26	49%	RS 2.121,52	RS 1.665,56	mediana	Consulta direta com fornecedor
11	481675	2	Und	Rebatedor fotográfico oval 5 em 1, dobrável, com dimensões mínimas de 90x120cm e possuir bolsa para transporte.	RS 277,63	RS 555,26	Site Especializado	RS 378,60	Site Especializado	RS 277,63	Site Especializado	RS 174,33	RS 102,14	37%	RS 276,85	RS 277,63	mediana	PANEL DE PREÇOS
12	481675	2	Und	Rebatedor fotográfico circular 5 em 1, dobrável, com diâmetro mínimo de 110cm e possuir bolsa para transporte.	RS 173,11	RS 346,22	Site Especializado	RS 168,20	Site Especializado	RS 176,13	Site Especializado	RS 175,00	RS 4,29	2%	RS 173,11	RS 175,00	média	PANEL DE PREÇOS
13	481675	4	Und	Suporte grampo articulado para rebatedor, construído em metal, deverá possuir bracaadeira com mola de alta qualidade, deverá suportar ajuste de ângulo horizontal e vertical e ser compatível com montagem em tripé com de parafusos de 1/4" e 3/8".	RS 163,00	RS 651,99	Site Especializado	RS 139,99	Site Especializado	RS 209,00	Site Especializado	RS 140,00	RS 39,84	24%	RS 163,00	RS 140,00	média	PANEL DE PREÇOS
14	481675	2	Und	Kit haste suporte com tripé para acoplar rebatedores de estúdio, com construção em alumínio anodizado, tripé com altura ajustável em, no mínimo, 3 seções e haste com comprimento ajustável em, no mínimo, 02 seções. Deverá possuir: prendimento do rebatedor através de garras; suporte do tipo joelho giratório para montagem sobre o tripé (montagem em pino 5/8"); suporte a carga de, no mínimo, 1,5kg; peças móveis que permitam variados ajustes de montagem; o posicionamento do rebatedor deverá permitir utilização em modo vertical, horizontal e inclinado. Dimensões mínimas requeridas: suporte a rebatedores flexíveis de até 170cm, haste ajustável com faixa mínima de extensão entre 65cm e 175cm, tripé ajustável com faixa mínima de altura entre 70cm e 190cm. Itens mínimos requeridos do kit: 1x haste suporte para rebatedor, 1x conexão articulada tipo giratória (swivel) e 1x tripé de estúdio 190cm.	RS 228,13	RS 456,27	Site Especializado	RS 189,50	Site Especializado	RS 254,00	Site Especializado	RS 240,90	RS 34,09	15%	RS 228,13	RS 240,90	média	PANEL DE PREÇOS

15	481675	1	Und	Painel chroma-key portátil, na cor verde, confeccionada em material 100% poliéster, com dimensões mínimas de 140cmx180cm (tela estendida). Deverá possuir estrutura retrátil em alumínio e suporte para montagem em piso.	RS 1.472,23	RS 1.472,23	Site Especializado	RS 1.472,23	Site Especializado	RS 2.240,00	Site Especializado	RS 899,99	RS 672,38	44%	RS 1.537,41	RS 1.472,23	mediana	PAINEL DE PREÇOS	
16	412984	1	Und	Mesa chaveadora com 12 canais de 2000W, com potência total mínima de 7000W. Deverá possuir 12 chaves luminosas "on/off", 12 tomadas de 10 amperes (NBR 14136), 12 fusíveis de proteção individuais, entrada de energia Borne/Sindal, compatibilidade com rack padrão 19" e alimentação bivolt automática.	RS 447,38	RS 447,38	Painel de Preços	RS 393,15	Painel de Preços	RS 449,00	Painel de Preços	RS 500,00	RS 53,44	12%	RS 447,38	RS 449,00	média	PAINEL DE PREÇOS	
17	465487	4	Und	Bolsa para transporte de tripés de iluminação, confeccionada em tecido resistente a rasgos e atrito e acolchoada com espuma com densidade mínima D40 (18mm), zíper com extensão ampla para fácil remoção dos tripés e alças de transporte reforçadas. Acabamento externo na cor preta. Dimensões mínimas do compartimento principal: comprimento: 105cm e circunferência: 60cm.	RS 334,62	RS 1.338,47	Site Especializado	RS 370,00	Site Especializado	RS 299,50	Painel de Preços	RS 334,35	RS 35,25	11%	RS 334,62	RS 334,35	média	PAINEL DE PREÇOS	
18	341056	1	Und	Suporte de TV de chão para painéis, deverá suportar monitores de 27" a 55", construído em aço carbono com pintura eletrostática. Deverá possuir: rodízios com sistema de travamento, ajuste de inclinação ajustável com faixa mínima de operação entre 25° e 55°, suporte de montagem VESA compatível com padrões de 100x100mm até 400x400mm e suporte mínimo de carga de 25kg. O suporte deverá ser dobrável e possuir alça de transporte. Itens mínimos inclusos: manual de montagem e kit de parafusos.	RS 887,78	RS 887,78	Site Especializado	RS 887,78	Site Especializado	RS 1.399,90	Painel de Preços	RS 757,00	RS 339,78	33%	RS 1.014,89	RS 887,78	mediana	PAINEL DE PREÇOS	
19	413546	1	Und	Mini rack 19" desmontável com 12U de capacidade e profundidade mínima de 570mm, construído em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deve possuir porta com visor em acrílico e fechadura com chave.	RS 2.020,32	RS 2.020,32	Painel de Preços	RS 1.919,99	Painel de Preços	RS 1.977,82	Painel de Preços	RS 2.163,15	RS 127,03	6%	RS 2.020,32	RS 1.977,82	média	PAINEL DE PREÇOS	
20	410233	4	Und	Bandeja fixa 1U com profundidade fixa de 400 mm para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deverá suportar, no mínimo, carga de 30kg.	RS 183,63	RS 734,52	Painel de Preços	RS 100,00	Painel de Preços	RS 183,63	Painel de Preços	RS 187,00	RS 49,29	31%	RS 156,88	RS 183,63	mediana	PAINEL DE PREÇOS	
21	410233	2	Und	Bandeja fixa 1U com profundidade fixa de 290 mm para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deverá suportar, no mínimo, carga de 10kg.	RS 152,27	RS 304,53	Painel de Preços	RS 147,05	Painel de Preços	RS 154,75	Painel de Preços	RS 155,00	RS 4,52	3%	RS 152,27	RS 154,75	média	PAINEL DE PREÇOS	
22	390415	4	Und	Frente falsa de 1U para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297.	RS 23,70	RS 94,80	Painel de Preços	RS 12,22	Site Especializado	RS 29,34	Site Especializado	RS 23,70	RS 8,72	40%	RS 21,75	RS 23,70	mediana	P1 e P2 = PAINEL DE PREÇOS P3 = PESQUISA SITIO	
23	383437	2	Und	Organizador de cabos de 1U com profundidade de 80mm para Rack 19", construído em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297.	RS 55,00	RS 110,00	Painel de Preços	RS 155,00	Painel de Preços	RS 49,50	Painel de Preços	RS 55,00	RS 59,39	69%	RS 86,50	RS 55,00	mediana	PAINEL DE PREÇOS	
24	400431	2	Und	Protetor Eletrônico com 8 Tomadas para Rack 19", construído em aço com pintura eletrostática. Deverá possuir potência de máxima de operação de, no mínimo, 2000W em tensão 220v, suportar corrente de 10A, suportar tensão nominal de 100 a 240v, possuir chave liga-desliga do tipo disjuntor rearmável com indicador luminoso, 8x tomadas de saída 2P+T (NBR 14136) 10A, 1x plugue 2P+T (NBR 14136) 10A, cabo de força com extensão mínima de 1m e possuir proteção contra surtos de tensão, curto-circuito e sobrecarga.	RS 114,00	RS 228,00	Painel de Preços	RS 67,46	Painel de Preços	RS 114,00	Painel de Preços	RS 124,49	RS 30,35	30%	RS 101,98	RS 114,00	mediana	P1 e P3 = PAINEL DE PREÇOS P2 = PESQUISA SITIO	
25	472728	1	Und	Matriz HDMI UHD 4K 4x4, com suporte a HDMI 1.4b, HDCP 1.4 e resolução até 4k@30Hz. Deverá possuir manuseamento das saídas no painel frontal com indicação luminosa, permitir livre distribuição em matriz 4x4, suportar até 7.1 canais de áudio (LPCM, Dolby TrueHD e DTS), possuir opções de controle via IR e Serial RS-232, e possuir alimentação bivolt.	RS 4.990,00	RS 4.990,00	Painel de Preços	RS 3.600,00	Painel de Preços	RS 4.990,00	Painel de Preços	RS 6.500,00	RS 1.450,41	29%	RS 5.030,00	RS 4.990,00	mediana	P1 = PAINEL DE PREÇOS P2 e P3 = PESQUISA SITIO	
26	399551	2	Und	Distribuidor HDMI 1x4 com suporte a resolução 4K. Deverá possuir suporte a HDMI 2.0 e HDCP 2.2, suportar taxa de transferência igual ou superior a 15Gbps e suportar protocolo de áudio PCM. Conectividade mínima requerida: 1x HDMI (entrada), 4x HDMI (saídas) 1x USB (alimentação). Itens mínimos inclusos: manual e fontes de alimentação externa (bivolt).	RS 235,95	RS 471,89	Painel de Preços	RS 180,00	Painel de Preços	RS 245,34	Painel de Preços	RS 282,50	RS 51,89	22%	RS 235,95	RS 245,34	média	PAINEL DE PREÇOS	
27	479552	2	Und	Kit extensor HDMI UTP (TX e RX), com suporte a distâncias de, no mínimo, até 120m. Deverá possuir construção em metal, suporte a HDMI 1.3, taxa de transferência igual ou superior a 10Gbps e suportar protocolo de áudio PCM. Conectividade mínima requerida (TX e RX): 1x HDMI e 1x RJ-45. Itens mínimos inclusos: manual, transmissor, receptor e fontes de alimentação externas (bivolt).	RS 981,15	RS 1.962,30	Painel de Preços	RS 900,55	Site Especializado	RS 1.030,00	Site Especializado	RS 1.012,90	RS 70,32	7%	RS 981,15	RS 1.012,90	média	PAINEL DE PREÇOS	
28	361805	1	Und	Multiplico com Medusa de 24 Vias, com extensão de, no mínimo, 20 metros de comprimento. Deverá possuir: caixa em metal com pintura eletrostática, seção (AWG) com 24 pares, sendo: 24x conectores de entrada do tipo combo (com suporte a XLR e P10), 24x conectores de saída XLR, e identificação numérica das vias nas duas pontas.	RS 3.507,55	RS 3.507,55	Site Especializado	RS 3.768,00	Site Especializado	RS 3.040,65	Site Especializado	RS 3.714,00	RS 405,25	12%	RS 3.507,55	RS 3.714,00	média	PAINEL DE PREÇOS	

29	395521	1	Und	Escada articulada em alumínio com, no mínimo: quatro segmentos, degraus antiderrapantes, sapatas emborrachadas e capacidade de carga de 150kg. Deverá possuir altura máxima de, no mínimo, 3m em modo estendido e 1,40m dobrada ao meio.	RS 728,81	RS 728,81	Painel de Preços	RS 621,42	Painel de Preços	RS 756,00	Painel de Preços	RS 809,00	RS 96,70	13%	RS 728,81	RS 756,00	média	PAINEL DE PREÇOS	
						RS 97.074,09													

* P= pesquisa; 1= primeira pesquisa... e assim por diante.

** Corresponde aos valores de mercado que definem a média do preço referencial, correspondendo à média das três menores propostas.

Elaborado por:

Aldenice Ribeiro da Costa Pinheiro
 SIAPE - 1886775
 DAMAT/CCC/PRGAE/UFCG

**Anexo II - TABELA I ESTIMATIVA DAS
QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.pdf**

Tabela I – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Descrição / Especificação	Identificação o CATMAT	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário	Valor de referência
01	Dispositivo de captura e reprodução de vídeo compatível com resolução 4K. Deverá suportar os seguintes codecs: AVC-Intra, AVCHD, Canon XF MPEG2, Digital SLR, DV-NTSC, DV-PAL, DVCPRO50, DVCPROHD, DPX, HDV, HEVC, XDCAM EX, XDCAM HD, XDCAM HD422, DNxHR & DNxHD, Apple ProRes 4444, Apple ProRes 422 HQ, Apple ProRes 422, Apple ProRes LT, Apple ProRes 422 Proxy, 4:2:2 de 8 bits sem compactação, 4:2:2 de 10 bits sem compactação, 4:4:4 de 10 bits sem compactação. Deverá suportar os seguintes formatos de vídeo: 720p50, 720p59.94, 720p60, 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60, 1080i50, 1080i59.94, 1080i60, 2160p23.98, 2160p24, 2160p25, 2160p29.97, 2160p30, 2160p50, 2160p59.94, 2160p60. Deverá suportar amostragem de áudio igual ou superior a 24bits e 48kHz. Deverá possuir fonte de alimentação interna com fusível de proteção. Conectividade mínima requerida: Entradas: 1x SDI, 1x HDMI, 2x Áudio analógico 1/4", 1x XLR (com suporte a Phantom Power 48v); Saídas: 2x SDI, 1x SDI Loop, 1x HDMI, 2x Áudio analógico 1/4", 1x Headphone 1/4" (com controle de volume); Interfaces/Controle: 1x Thunderbolt 3, 1x USB 3.1, 1x RS-422 e 1x Leitor de cartão SD. Itens mínimos inclusos: softwares utilitários, manual e acessórios para montagem.	483815	und	01	R\$ 12.746,33	R\$ 12.746,33
02	Unidade de captura e reprodução de vídeo compatível com resoluções até 2Kp30 e 1080p60. Deverá possuir com painel de controle integrado com botões de transporte e dial de busca, suportar a gravação em cartão de memória e possuir função teleprompter. Deverá suportar os seguintes codecs: ProRes HQ QuickTime, ProRes 422 QuickTime, ProRes Proxy QuickTime, DNxHD 220x, DNxHD 220x MXF, H.264 High/Medium/Low 4:2:0 8-bit. Deverá suportar os seguintes formatos de vídeo: 720p50, 720p59.94, 720p60, 1080i50, 1080i59.94, 1080i60, 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60, 2Kp23.98 DCI, 2Kp24 DCI, 2Kp25 DCI, 2Kp29.97 DCI, 2Kp30 DCI. Deverá suportar amostragem de áudio igual ou superior a 24bits e 48kHz. Deverá suportar formatos de arquivos de texto formatado (.rtf) e texto simples (.txt). Conectividade mínima requerida: Entradas: 1x HDMI; Saídas: 1x HDMI; Interfaces/Controle: 1x USB-C (compatível com gravação em unidades de armazenamento externas), 1x Ethernet RJ-45 e 1x Leitor de cartão SD. Itens mínimos inclusos: fonte de alimentação e manual.	483815	und	01	R\$ 6.653,00	R\$ 6.653,00
03	Suporte articulado profissional para microfone, construído em metal, com suporte a montagem em mesa e proteção antivibração. Deverá possuir: comprimento mínimo de 45cm (em cada braço), configurações retráteis livres (permitindo diversas configurações de angulação e posicionamento), suporte de carga mínimo de 1,5kg, prendedor de mesa ajustável compatível com faixa de espessura do tampo de 1cm a 50cm e trava de segurança.	449865	und	3	R\$ 412,84	R\$ 1.238,51
04	Bolsa para câmera filmadora profissional, confeccionada em nylon, plástico e espuma pack, com bolsos externos, alças de mão e de ombro, compartimento principal configurável com divisórias internas fixadas com velcro e acabamento externo na cor preta. Dimensões mínimas do compartimento principal: 23x50x19cm.	446151	und	4	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00
05	Hardcase para transporte de equipamentos fotográficos, produzido em termoplástico de engenharia, com capacidade mínima de armazenamento para 50l, fechos duplos para travamento, rodas para transporte e proteção IP65 (água e pó).	346504	und	2	R\$ 1.639,41	R\$ 3.278,81
06	Refletor LED bi-color com focagem ajustável e potência mínima de 60W. Deverá possuir: controle de temperatura de cor ajustável (CCT), com variação mínima entre 2700K e 6500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 95; índice de consistência de luz para televisão (TLCl) mínimo de 98; variação mínima do ângulo de feixe entre 15° e 45°; deverá ser compatível com padrão Bowens de montagem de acessórios; deverá possuir conectividade bluetooth e controle por aplicativo; deverá ser compatível com baterias nos padrões V-mount e NP-F; deverá possuir sistema de refrigeração ativo. Itens mínimos inclusos: 1x barndoor com 8 folhas, 1x fonte de alimentação, 1x cabo de alimentação, 1x adaptador para bateria NP-F, 1x cabo de alimentação D-Tap, 1x adaptador bowens mount, 1x bolsa de transporte.	487703	und	6	R\$ 4.999,00	R\$ 29.994,00

07	Painel LED com lentes RGBWW e potência mínima de 60W. Deverá possuir: Deverá possuir: compatibilidade com os modos CCT (controle de temperatura de cor), HSI (controle matiz, saturação e brilho) e FX (controle de efeitos); CCT com variação mínima entre 2500K e 7500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 95; índice de consistência de luz para televisão (TLCI) mínimo de 96; ângulo de feixe compatível com 45°; deverá possuir conectividade bluetooth e controle por aplicativo; deverá possuir controle de efeitos FX como: estrobo, pulsação e fogo; deverá ser compatível com baterias nos padrões NP-F; deverá possuir sistema de refrigeração ativo. Itens mínimos inclusos: 1x softbox, 1x grid para softbox, 1x fonte de alimentação do refletor, 1x cabo de energia, 1x cabeça pino com regulagem tilt, 1x bolsa de transporte.	487703	und	2	R\$ 4.665,56	R\$ 9.331,12
08	Mini painel LED RGB com potência mínima de saída nominal de 5W. Deverá possuir: compatibilidade com os modos CCT (controle de temperatura de cor), HSI (controle matiz, saturação e brilho) e FX (controle de efeitos); CCT com variação mínima entre 3200K e 6500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 96; índice de consistência de luz para televisão (TLCI) mínimo de 96; deverá possuir suporte a controle por aplicativo; deverá possuir controle de efeitos FX como: estrobo, pulsação e fogo; deverá possuir bateria interna com autonomia mínima de 2 horas em brilho máximo e 15 horas em brilho mínimo; deverá ser compatível com carregamento através de porta USB-C. Itens mínimos inclusos: 1x difusor acoplável, 2x fita adesiva para montagem, 1x cabo de carregamento USB-C, 1x estojo de transporte.	487703	und	4	R\$ 1.221,00	R\$ 4.884,00
09	Modificador de iluminação circular do tipo cúpula de luz (softbox), dobrável, com diâmetro mínimo de 80cm e interior prateado reflexivo de alto rendimento. Deverá suportar padrão de montagem Bowens. Itens mínimos inclusos: manual, 1x grelha em tecido, 1x difusor interno, 1x difusor externo, 1x anel de engate rápido (bowens) e 1x bolsa de transporte.	481675	und	2	R\$ 1.544,44	R\$ 3.108,88
10	Modificador de iluminação circular do tipo cúpula de luz (softbox), dobrável, com diâmetro mínimo de 60cm e interior prateado reflexivo de alto rendimento. Deverá suportar padrão de montagem Bowens. Itens mínimos inclusos: manual, 1x grelha em tecido, 1x difusor interno, 1x difusor externo, 1x anel de engate rápido (bowens) com suporte a gelatina e 1x bolsa de transporte.	481675	und	2	R\$ 1.665,56	R\$ 3.331,12
11	Rebatedor fotográfico oval 5 em 1, dobrável, com dimensões mínimas de 90x120cm e possuir bolsa para transporte.	481675	und	2	R\$ 277,63	R\$ 555,26
12	Rebatedor fotográfico circular 5 em 1, dobrável, com diâmetro mínimo de 110cm e possuir bolsa para transporte.	481675	und	2	R\$ 173,11	R\$ 346,22
13	Suporte grampo articulado para rebatedor, construído em metal, deverá possuir braçadeira com mola de alta qualidade, deverá suportar ajuste de ângulo horizontal e vertical e ser compatível com montagem em tripé com de parafusos de 1/4" e 3/8".	481675	und	4	R\$ 163,00	R\$ 651,99
14	Kit haste suporte com tripé para acoplar rebatedores de estúdio, com construção em alumínio anodizado, tripé com altura ajustável em, no mínimo, 3 seções e haste com comprimento ajustável em, no mínimo, 02 seções. Deverá possuir: prendimento do rebatedor através de garras; suporte do tipo joelho giratório para montagem sobre o tripé (montagem em pino 5/8"); suporte a carga de, no mínimo, 1,5kg; peças móveis que permitam variados ajustes de montagem; o posicionamento do rebatedor deverá permitir utilização em modo vertical, horizontal e inclinado. Dimensões mínimas requeridas: suporte a rebatedores flexíveis de até 170cm, haste ajustável com faixa mínima de extensão entre 65cm e 175cm, tripé ajustável com faixa mínima de altura entre 70cm e 190cm. Itens mínimos requeridos do kit: 1x haste suporte para rebatedor, 1x conexão articulada tipo giratória (swivel) e 1x tripé de estúdio 190cm.	481675	und	2	R\$ 228,13	R\$ 456,27
15	Painel chroma-key portátil, na cor verde, confeccionada em material 100% poliéster, com dimensões mínimas de 140cmx180cm (tela estendida). Deverá possuir estrutura retrátil em alumínio e suporte para montagem em piso.	481675	und	1	R\$ 1.472,23	R\$ 1.472,23
16	Mesa chaveadora com 12 canais de 2000W, com potência total mínima de 7000W. Deverá possuir 12 chaves luminosas "on/off", 12 tomadas de 10 amperes (NBR 14136), 12 fusíveis de proteção individuais, entrada de energia Borne/Sindal, compatibilidade com rack padrão 19" e alimentação bivolt automática.	412984	und	1	R\$ 447,38	R\$ 447,38

17	Bolsa para transporte de tripés de iluminação, confeccionada em tecido resistente a rasgos e atrito e acolchoada com espuma com densidade mínima D40 (18mm), zíper com extensão ampla para fácil remoção dos tripés e alças de transporte reforçadas. Acabamento externo na cor preta. Dimensões mínimas do compartimento principal: comprimento: 105cm e circunferência: 60cm.	465487	und	4	R\$ 334,62	R\$ 1.338,47
18	Suporte de TV de chão para palcos, deverá suportar monitores de 27" a 55", construído em aço carbono com pintura eletrostática. Deverá possuir: rodízios com sistema de travamento, ajuste de inclinação ajustável com faixa mínima de operação entre 25° e 55°, suporte de montagem VESA compatível com padrões de 100x100mm até 400x400mm e suporte mínimo de carga de 25kg. O suporte deverá ser dobrável e possui alça de transporte. Itens mínimos inclusos: manual de montagem e kit de parafusos.	341056	und	1	R\$ 887,78	R\$ 887,78
19	Mini rack 19" desmontável com 12U de capacidade e profundidade mínima de 570mm, construído em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deve possuir porta com visor em acrílico e fechadura com chave.	413546	und	1	R\$ 2.020,32	R\$ 2.020,32
20	Bandeja fixa 1U com profundidade fixa de 400 mm para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deverá suportar, no mínimo, carga de 30kg.	410233	und	4	R\$ 183,63	R\$ 734,52
21	Bandeja fixa 1U com profundidade fixa de 290 mm para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deverá suportar, no mínimo, carga de 10kg.	410233	und	2	R\$ 152,27	R\$ 304,53
22	Frente falsa de 1U para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297.	390415	und	4	R\$ 23,70	R\$ 94,80
23	Organizador de cabos de 1U com profundidade de 80mm para Rack 19", construído em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297.	383437	und	2	R\$ 55,00	R\$ 110,00
24	Protetor Eletrônico com 8 Tomadas para Rack 19", construído em aço com pintura eletrostática. Deverá possuir potência de máxima de operação de, no mínimo, 2000W em tensão 220v, suportar corrente de 10A, suportar tensão nominal de 100 a 240v, possuir chave liga/desliga do tipo disjuntor rearmável com indicador luminoso, 8x tomadas de saída 2P+T (NBR 14136) 10A, 1x plugue 2P+T (NBR 14136) 10A, cabo de força com extensão mínima de 1m e possuir proteção contra surtos de tensão, curto-circuito e sobrecarga.	400431	und	2	R\$ 114,00	R\$ 228,00
25	Matriz HDMI UHD 4K 4x4, com suporte a HDMI 1.4b, HDCP 1.4 e resolução até 4k@30Hz. Deverá possuir manuseamento das saídas no painel frontal com indicação luminosa, permitir livre distribuição em matriz 4x4, suportar até 7.1 canais de áudio (LPCM, Dolby TrueHD e DTS), possuir opções de controle via IR e Serial RS-232, e possuir alimentação bivolt.	472728	und	1	R\$ 4.990,00	R\$ 4.990,00
26	Distribuidor HDMI 1x4 com suporte a resolução 4K. Deverá possuir suporte a HDMI 2.0 e HDCP 2.2, suportar taxa de transferência igual ou superior a 15Gbps e suportar protocolo de áudio PCM. Conectividade mínima requerida: 1x HDMI (entrada), 4x HDMI (saídas) 1x USB (alimentação). Itens mínimos inclusos: manual e fontes de alimentação externa (bivolt).	399551	und	2	R\$ 235,95	R\$ 471,89
27	Kit extensor HDMI UTP (TX e RX), com suporte a distâncias de, no mínimo, até 120m. Deverá possuir construção em metal, suporte a HDMI 1.3, taxa de transferência igual ou superior a 10Gbps e suportar protocolo de áudio PCM. Conectividade mínima requerida (TX e RX): 1x HDMI e 1x RJ-45. Itens mínimos inclusos: manual, transmissor, receptor e fontes de alimentação externas (bivolt).	479552	und	2	R\$ 981,15	R\$ 1.962,30
28	Multicabo com Medusa de 24 Vias, com extensão de, no mínimo, 20 metros de comprimento. Deverá possuir: caixa em metal com pintura eletrostática, secção (AWG) com 24 pares, sendo: 24x conectores de entrada do tipo combo (com suporte a XLR e P10), 24x conectores de saída XLR, e identificação numérica das vias nas duas pontas.	361805	und	1	R\$ 3.507,55	R\$ 3.507,55
29	Escada articulada em alumínio com, no mínimo: quatro segmentos, degraus antiderrapantes, sapatas emborrachadas e capacidade de carga de 150kg. Deverá possuir altura máxima de, no mínimo, 3m em modo estendido e 1,40m dobrada ao	395521	und	1	R\$ 728,81	R\$ 728,81

	meio.					
TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 97.074,09



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRO-REITORIA DE GESTÃO ADM. FINANCEIRA
Rua Aprígio Veloso, 882, Bloco AA - 1º Andar - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101.1556/1557 - E-mail: pra@reitoria.ufcg.edu.br - Site: <http://pra.ufcg.edu.br>

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**PREGÃO Nº/2023
(Processo Administrativo n.º 23096.025620/2023-30)**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material permanente e de consumo para a conclusão do Estúdio Audiovisual do Lablibras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição / Especificação	Identificação o CATMAT	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário	Valor de referência
01	Dispositivo de captura e reprodução de vídeo compatível com resolução 4K. Deverá suportar os seguintes codecs: AVC-Intra, AVCHD, Canon XF MPEG2, Digital SLR, DV-NTSC, DV-PAL, DVCPRO50, DVCPROHD, DPX, HDV, HEVC, XDCAM EX, XDCAM HD, XDCAM HD422, DNxHR & DNxHD, Apple ProRes 4444, Apple ProRes 422 HQ, Apple ProRes 422, Apple ProRes LT, Apple ProRes 422 Proxy, 4:2:2 de 8 bits sem compactação, 4:2:2 de 10 bits sem compactação, 4:4:4 de 10 bits sem compactação. Deverá suportar os seguintes formatos de vídeo: 720p50, 720p59.94, 720p60, 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60, 1080i50, 1080i59.94, 1080i60, 2160p23.98, 2160p24, 2160p25, 2160p29.97, 2160p30, 2160p50, 2160p59.94, 2160p60. Deverá suportar amostragem de áudio igual ou superior a 24bits e 48kHz. Deverá possuir fonte de alimentação interna com fusível de proteção. Conectividade mínima requerida: Entradas: 1x SDI, 1x HDMI, 2x Áudio analógico 1/4", 1x XLR (com suporte a Phantom Power 48v); Saídas: 2x SDI, 1x SDI Loop, 1x HDMI, 2x Áudio analógico 1/4", 1x Headphone 1/4" (com controle de volume); Interfaces/Controle: 1x Thunderbolt 3, 1x USB 3.1, 1x RS-422 e 1x Leitor de cartão SD. Itens mínimos inclusos: softwares utilitários, manual e acessórios para montagem.	483815	und	01	R\$ 12.746,33	R\$ 12.746,33
02	Unidade de captura e reprodução de vídeo compatível com resoluções até 2Kp30 e 1080p60. Deverá possuir com painel de controle integrado com botões de transporte e dial de busca, suportar a gravação em cartão de memória e possuir função teleprompter. Deverá suportar os seguintes codecs: ProRes HQ QuickTime, ProRes 422 QuickTime, ProRes Proxy QuickTime, DNxHD 220x, DNxHD 220x MXF, H.264 High/Medium/Low 4:2:0 8-bit. Deverá suportar os seguintes formatos de vídeo: 720p50, 720p59.94, 720p60, 1080i50, 1080i59.94, 1080i60, 1080p23.98, 1080p24, 1080p25, 1080p29.97, 1080p30, 1080p50, 1080p59.94, 1080p60, 2Kp23.98 DCI, 2Kp24 DCI, 2Kp25 DCI, 2Kp29.97 DCI, 2Kp30 DCI. Deverá suportar amostragem de áudio igual ou superior a 24bits e 48kHz. Deverá suportar formatos de arquivos de texto formatado (.rtf) e texto simples (.txt). Conectividade mínima requerida: Entradas: 1x HDMI; Saídas: 1x HDMI; Interfaces/Controle: 1x USB-C (compatível com gravação em unidades de armazenamento externas), 1x Ethernet RJ-45 e 1x Leitor de cartão SD. Itens mínimos inclusos: fonte de alimentação e manual.	483815	und	01	R\$ 6.653,00	R\$ 6.653,00
03	Suporte articulado profissional para microfone, construído em metal, com suporte a montagem em mesa e proteção antivibração. Deverá possuir: comprimento mínimo de 45cm (em cada braço), configurações retráteis livres (permitindo diversas configurações de angulação e posicionamento), suporte de carga mínimo de 1,5kg, prendedor de mesa ajustável compatível	449865	und	3	R\$ 412,84	R\$ 1.238,51

	com faixa de espessura do tampo de 1cm a 50cm e trava de segurança.					
04	Bolsa para câmera filmadora profissional, confeccionada em nylon, plástico e espuma pack, com bolsos externos, alças de mão e de ombro, compartimento principal configurável com divisórias internas fixadas com velcro e acabamento externo na cor preta. Dimensões mínimas do compartimento principal: 23x50x19cm.	446151	und	4	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00
05	Hardcase para transporte de equipamentos fotográficos, produzido em termoplástico de engenharia, com capacidade mínima de armazenamento para 50l, fechos duplos para travamento, rodas para transporte e proteção IP65 (água e pó).	346504	und	2	R\$ 1.639,41	R\$ 3.278,81
06	Refletor LED bi-color com focagem ajustável e potência mínima de 60W. Deverá possuir: controle de temperatura de cor ajustável (CCT), com variação mínima entre 2700K e 6500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 95; índice de consistência de luz para televisão (TLCl) mínimo de 98; variação mínima do ângulo de feixe entre 15° e 45°; deverá ser compatível com padrão Bowens de montagem de acessórios; deverá possuir conectividade bluetooth e controle por aplicativo; deverá ser compatível com baterias nos padrões V-mount e NP-F; deverá possuir sistema de refrigeração ativo. Itens mínimos inclusos: 1x barndoor com 8 folhas, 1x fonte de alimentação, 1x cabo de alimentação, 1x adaptador para bateria NP-F, 1x cabo de alimentação D-Tap, 1x adaptador bowens mount, 1x bolsa de transporte.	487703	und	6	R\$ 4.999,00	R\$ 29.994,00
07	Painel LED com lentes RGBWW e potência mínima de 60W. Deverá possuir: Deverá possuir: compatibilidade com os modos CCT (controle de temperatura de cor), HSI (controle matiz, saturação e brilho) e FX (controle de efeitos); CCT com variação mínima entre 2500K e 7500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 95; índice de consistência de luz para televisão (TLCl) mínimo de 96; ângulo de feixe compatível com 45°; deverá possuir conectividade bluetooth e controle por aplicativo; deverá possuir controle de efeitos FX como: estrobo, pulsação e fogo; deverá ser compatível com baterias nos padrões NP-F; deverá possuir sistema de refrigeração ativo. Itens mínimos inclusos: 1x softbox, 1x grid para softbox, 1x fonte de alimentação do refletor, 1x cabo de energia, 1x cabeça pino com regulagem tilt, 1x bolsa de transporte.	487703	und	2	R\$ 4.665,56	R\$ 9.331,12
08	Mini painel LED RGB com potência mínima de saída nominal de 5W. Deverá possuir: compatibilidade com os modos CCT (controle de temperatura de cor), HSI (controle matiz, saturação e brilho) e FX (controle de efeitos); CCT com variação mínima entre 3200K e 6500K; índice de restituição de cor (CRI) igual ou superior a 96; índice de consistência de luz para televisão (TLCl) mínimo de 96; deverá possuir suporte a controle por aplicativo; deverá possuir controle de efeitos FX como: estrobo, pulsação e fogo; deverá possuir bateria interna com autonomia mínima de 2 horas em brilho máximo e 15 horas em brilho mínimo; deverá ser compatível com carregamento através de porta USB-C. Itens mínimos inclusos: 1x difusor acoplável, 2x fita adesiva para montagem, 1x cabo de carregamento USB-C, 1x estojo de transporte.	487703	und	4	R\$ 1.221,00	R\$ 4.884,00
09	Modificador de iluminação circular do tipo cúpula de luz (softbox), dobrável, com diâmetro mínimo de 80cm e interior prateado reflexivo de alto rendimento. Deverá suportar padrão de montagem Bowens. Itens mínimos inclusos: manual, 1x grelha em tecido, 1x difusor interno, 1x difusor externo, 1x anel de engate rápido (bowens) e 1x bolsa de transporte.	481675	und	2	R\$ 1.544,44	R\$ 3.108,88
10	Modificador de iluminação circular do tipo cúpula de luz (softbox), dobrável, com diâmetro mínimo de 60cm e interior prateado reflexivo de alto rendimento. Deverá suportar padrão de montagem Bowens. Itens mínimos inclusos: manual, 1x grelha em tecido, 1x difusor interno, 1x difusor externo, 1x anel de engate rápido (bowens) com suporte a gelatina e 1x bolsa de transporte.	481675	und	2	R\$ 1.665,56	R\$ 3.331,12
11	Rebatedor fotográfico oval 5 em 1, dobrável, com dimensões mínimas de 90x120cm e possuir bolsa para transporte.	481675	und	2	R\$ 277,63	R\$ 555,26
12	Rebatedor fotográfico circular 5 em 1, dobrável, com diâmetro mínimo de 110cm e possuir bolsa para transporte.	481675	und	2	R\$ 173,11	R\$ 346,22
13	Suporte grampo articulado para rebatedor, construído em metal, deverá possuir braçadeira com mola de alta qualidade, deverá suportar ajuste de ângulo horizontal e vertical e ser compatível	481675	und	4	R\$ 163,00	R\$ 651,99

	com montagem em tripé com de parafusos de 1/4" e 3/8".					
14	Kit haste suporte com tripé para acoplar rebatedores de estúdio, com construção em alumínio anodizado, tripé com altura ajustável em, no mínimo, 3 seções e haste com comprimento ajustável em, no mínimo, 02 seções. Deverá possuir: prendimento do rebatedor através de garras; suporte do tipo joelho giratório para montagem sobre o tripé (montagem em pino 5/8"); suporte a carga de, no mínimo, 1,5kg; peças móveis que permitam variados ajustes de montagem; o posicionamento do rebatedor deverá permitir utilização em modo vertical, horizontal e inclinado. Dimensões mínimas requeridas: suporte a rebatedores flexíveis de até 170cm, haste ajustável com faixa mínima de extensão entre 65cm e 175cm, tripé ajustável com faixa mínima de altura entre 70cm e 190cm. Itens mínimos requeridos do kit: 1x haste suporte para rebatedor, 1x conexão articulada tipo giratória (swivel) e 1x tripé de estúdio 190cm.	481675	und	2	R\$ 228,13	R\$ 456,27
15	Painel chroma-key portátil, na cor verde, confeccionada em material 100% poliéster, com dimensões mínimas de 140cmx180cm (tela estendida). Deverá possuir estrutura retrátil em alumínio e suporte para montagem em piso.	481675	und	1	R\$ 1.472,23	R\$ 1.472,23
16	Mesa chaveadora com 12 canais de 2000W, com potência total mínima de 7000W. Deverá possuir 12 chaves luminosas "on/off", 12 tomadas de 10 amperes (NBR 14136), 12 fusíveis de proteção individuais, entrada de energia Borne/Sindal, compatibilidade com rack padrão 19" e alimentação bivolt automática.	412984	und	1	R\$ 447,38	R\$ 447,38
17	Bolsa para transporte de tripés de iluminação, confeccionada em tecido resistente a rasgos e atrito e acolchoada com espuma com densidade mínima D40 (18mm), zíper com extensão ampla para fácil remoção dos tripés e alças de transporte reforçadas. Acabamento externo na cor preta. Dimensões mínimas do compartimento principal: comprimento: 105cm e circunferência: 60cm.	465487	und	4	R\$ 334,62	R\$ 1.338,47
18	Suporte de TV de chão para palcos, deverá suportar monitores de 27" a 55", construído em aço carbono com pintura eletrostática. Deverá possuir: rodízios com sistema de travamento, ajuste de inclinação ajustável com faixa mínima de operação entre 25° e 55°, suporte de montagem VESA compatível com padrões de 100x100mm até 400x400mm e suporte mínimo de carga de 25kg. O suporte deverá ser dobrável e possui alça de transporte. Itens mínimos inclusos: manual de montagem e kit de parafusos.	341056	und	1	R\$ 887,78	R\$ 887,78
19	Mini rack 19" desmontável com 12U de capacidade e profundidade mínima de 570mm, construído em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deve possuir porta com visor em acrílico e fechadura com chave.	413546	und	1	R\$ 2.020,32	R\$ 2.020,32
20	Bandeja fixa 1U com profundidade fixa de 400 mm para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deverá suportar, no mínimo, carga de 30kg.	410233	und	4	R\$ 183,63	R\$ 734,52
21	Bandeja fixa 1U com profundidade fixa de 290 mm para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297. Deverá suportar, no mínimo, carga de 10kg.	410233	und	2	R\$ 152,27	R\$ 304,53
22	Frente falsa de 1U para Rack 19", construída em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297.	390415	und	4	R\$ 23,70	R\$ 94,80
23	Organizador de cabos de 1U com profundidade de 80mm para Rack 19", construído em aço com pintura eletrostática, com dimensões de fixação conforme norma IEC 60297.	383437	und	2	R\$ 55,00	R\$ 110,00
24	Protetor Eletrônico com 8 Tomadas para Rack 19", construído em aço com pintura eletrostática. Deverá possuir potência de máxima de operação de, no mínimo, 2000W em tensão 220v, suportar corrente de 10A, suportar tensão nominal de 100 a 240v, possuir chave liga/desliga do tipo disjuntor rearmável com indicador luminoso, 8x tomadas de saída 2P+T (NBR 14136) 10A, 1x plugue 2P+T (NBR 14136) 10A, cabo de força com extensão mínima de 1m e possuir proteção contra surtos de tensão, curto-circuito e sobrecarga.	400431	und	2	R\$ 114,00	R\$ 228,00
25	Matriz HDMI UHD 4K 4x4, com suporte a HDMI 1.4b, HDCP 1.4 e resolução até 4k@30Hz. Deverá possuir manuseamento das	472728	und	1	R\$ 4.990,00	R\$ 4.990,00

	saídas no painel frontal com indicação luminosa, permitir livre distribuição em matriz 4x4, suportar até 7.1 canais de áudio (LPCM, Dolby TrueHD e DTS), possuir opções de controle via IR e Serial RS-232, e possuir alimentação bivolt.					
26	Distribuidor HDMI 1x4 com suporte a resolução 4K. Deverá possuir suporte a HDMI 2.0 e HDCP 2.2, suportar taxa de transferência igual ou superior a 15Gbps e suportar protocolo de áudio PCM. Conectividade mínima requerida: 1x HDMI (entrada), 4x HDMI (saídas) 1x USB (alimentação). Itens mínimos inclusos: manual e fontes de alimentação externa (bivolt).	399551	und	2	R\$ 235,95	R\$ 471,89
27	Kit extensor HDMI UTP (TX e RX), com suporte a distâncias de, no mínimo, até 120m. Deverá possuir construção em metal, suporte a HDMI 1.3, taxa de transferência igual ou superior a 10Gbps e suportar protocolo de áudio PCM. Conectividade mínima requerida (TX e RX): 1x HDMI e 1x RJ-45. Itens mínimos inclusos: manual, transmissor, receptor e fontes de alimentação externas (bivolt).	479552	und	2	R\$ 981,15	R\$ 1.962,30
28	Multicabo com Medusa de 24 Vias, com extensão de, no mínimo, 20 metros de comprimento. Deverá possuir: caixa em metal com pintura eletrostática, secção (AWG) com 24 pares, sendo: 24x conectores de entrada do tipo combo (com suporte a XLR e P10), 24x conectores de saída XLR, e identificação numérica das vias nas duas pontas.	361805	und	1	R\$ 3.507,55	R\$ 3.507,55
29	Escada articulada em alumínio com, no mínimo: quatro segmentos, degraus antiderrapantes, sapatas emborrachadas e capacidade de carga de 150kg. Deverá possuir altura máxima de, no mínimo, 3m em modo estendido e 1,40m dobrada ao meio.	395521	und	1	R\$ 728,81	R\$ 728,81
TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 97.074,09

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) emissão da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. A participação nesta licitação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.4. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante neste Termo e a descrição do objeto constante no site do COMPRASNET ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Termo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Criado em 2015, o Laboratório Multidisciplinar de Libras - Lablibras, localizado nas salas 101 e 102 do Bloco BZ da UFCG, Campus de Campina Grande, foi constituído em dois ambientes: Sala Multimídia e Estúdio Audiovisual. O laboratório tem como finalidade constituir-se em espaço para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Língua, Literatura e Tradução/Interpretação da Libras, Cultura, identidade e Educação de Surdos, além de atender a diversas demandas da comunidade acadêmica no quesito produção audiovisual. (Inclusão- para deixar claro as motivações da aquisição)

2.2. O estúdio do Lablibras recebeu, entre os anos de 2016 e 2018, uma infraestrutura física adequada para produção de conteúdo audiovisual com área aproximada de 55m², dividida entre: aquário para gravação, sala de edição e controle e um pequeno almoxarifado, o espaço conta com tratamento acústico, sistema de refrigeração, sistema de rede elétrica individual dimensionado para suas atividades, sistema de fundos infinitos, sistema de suportes e de trilhos para iluminação com braços pantográficos, sistema de captação de imagens com câmeras padrão broadcasting, tripés, teleprompters e dollys, estúdio móvel, console de áudio e sistema de lapelas wireless. Entretanto, no presente momento, o estúdio do Lablibras não dispõe de infraestrutura técnica completa, necessitando de: ilhas de edição, sistema de iluminação e diversos outros periféricos necessários para operacionalização de suas atividades. A aquisição desses itens está sendo demandada desde os últimos anos, conforme processos: 23096.011497/18-32 e 23096.003232/209-11. A atualização da demanda para o ano 2023, tramitada anteriormente no Processo SEI Nº 23096.059164/2022-41.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

5.2. Cabe a CONTRATADA observar e adotar os critérios previstos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, quando couber, para fins de produção e/ou distribuição do material objeto desta licitação, a saber:

5.2.1. Que o bem seja constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448- 1 e 15448-2; 5.2.2. Que o bem não contenha substâncias degradadoras da camada de ozônio, conforme Decreto nº 2.783/98;

5.2.2. Que o bem deva ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço:

Órgão	Local de entrega	Horário de funcionamento	Responsável pelo almoxarifado
Universidade Federal de Campina Grande – campus de Campina Grande (UASG 158195)	Almoxarifado Central - Bloco BS - Rua Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, CEP 58.429-900, Campina Grande/PB	08h às 12h e das 14h às 18h	Elias de Queiroz Barros Contato: (83) 2101- 1604/1070

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.5. A empresa vencedora fica obrigada a entregar a quantidade solicitada na Nota de Empenho.

6.6. As despesas de transportes, frete, dentre outros, deverão ser assumidas pela empresa vencedora.

6.7. A empresa vencedora com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas deverá marcar data e horário para entregar pelo telefone.

6.8. Os materiais deverão ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequado com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, observando o critério de sustentabilidade.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a CONTRATADA das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

8.1.6. Cumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, no que couber.

8.1.7. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do material;

8.1.8. Fornecer diretamente o objeto licitado, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

8.1.9. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela UFCG, relacionados com as características dos materiais fornecidos;

8.1.10. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.12. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do

contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa:**
 - (1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - (2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1. Valor Global: R\$ 97.074,09 (noventa e sete mil, setenta e quatro reais e nove centavos). Valores unitários conforme planilha de composição de preços.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6. O licitante melhor classificado deverá apresentar catálogo/folder, dos produtos junto a proposta, de forma que possa ser aferida a sua compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto aos padrões de qualidade e desempenho, sob pena de não aceitação da proposta.

16.7. Se o catálogo/folder apresentado pelo primeiro classificado não for aceito, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado e seguir-se-á com a verificação sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

16.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 97.074,09 (noventa e sete mil, setenta e quatro reais e nove centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 15281/158195
Fonte de Recursos: 1000000000
Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0025
Elemento de Despesa: 3390.30 / 4490.52

Campina Grande, 27 de junho de 2023.

Responsáveis pela elaboração:

Leide Adriana da Silva Neri Carolino
Chefe da Divisão de Materiais
SIAPE nº 1876434

Reinaldo Toscano dos Santos Junior
Coordenador do Lablibras / CH
SIAPE nº 2173565

Aldenice Ribeiro da Costa Pinheiro
Assistente em Administração/DAMAT/CCC/PRGAF
SIAPE nº 1886775